

ELEIÇÕES, MAIS QUE SIMPLESMENTE...

Francisco de Oliveira

As eleições para as prefeituras, em novembro de 1988, merecem mais que uma comemoração. É mais uma para a caixa: o que pode parecer banalização para os saudosos do autoritarismo, é para as forças sociais e políticas que pugnam por um Estado Democrático de Direitos a forma e o conteúdo do caminho democrático. Surpreendendo os teóricos e práticos da mesmice, a população votante, dividida em classes e grupos sociais, usou a eleição para escolher, ratificar e retificar suas preferências, enviando novos representantes — ou confirmando alguns — para os executivos e câmaras municipais. Mas ainda: sem falsa euforia e “definitivamente”, os resultados logrados redefinem e reorientam os debates e as opções para a disputa presidencial; valoriza-se, assim, a eleição municipal, que ao invés de ato isolado inscreve-se como elo — em si mesmo rico de definições — de uma cadeia, uma dialética entre estrutura e conjuntura que se reforçam dinamicamente. Partidos e personalidades que não compreenderem este sentido correm o risco de fazer água. Como as eleições demonstraram, não são poucos os “bateaux-mouches” da política.

De um ponto de vista sociológico-político, parece ter havido o direcionamento das eleições pelas grandes cidades. Não apenas a renhida disputa nas capitais, mas o espraiamento dessa “metropolização” em direção a outras importantes cidades. O que é um bom resultado, já que corresponde à demografia da urbanização, e inverte um dos mais tradicionais andamentos da política brasileira a *nível municipal*: a municipalização das eleições. De fato, as campanhas que restringiram suas propostas e discussões à “canalização do córrego *x* e construção da creche *y*” resultaram em rotundos fracassos. A crise nacional, sem dúvida, jogou para o alto questiúnculas paroquiais, mas além disso a forma como partidos e personalidades trataram as próprias questões municipais, contextualizando-as ou não, teve um papel na *nacionalização* das eleições e das escolhas.

O eleitorado renovou sua disposição democrática, confirmando alguns eixos dos debates que animaram a resistência democrática e informaram os esforços da redemocratização: direitos extensíveis a todos, particularmente direitos sociais, tolerância, sentido do público, execração do conformismo cínico. Sem exagero, até a toda-poderosa Rede Globo sentiu os efeitos desse compromisso democrático: não há como negar que o desenlace da novela "nacional" *Vale Tudo* foi condicionado, no mínimo, pela ambiência do não-conformismo, embora a Vênus Platinada tenha dado, como sempre, "uma no cravo, outra na ferradura", Políticos manhosos e partidos pouco claros, que desprezaram esse amplo e arraigado sentido democrático, como na bela frase de antigamente, "amargaram o pó da derrota", Mesmo as exceções confirmam a regra: Maluf declarou reiteradamente não querer baixar o nível da discussão, não enveredar pelos tortuosos meandros do achincalhe. Essa vocação democrática dos eleitores ensinou à direita — que se caracterizava pelo desprezo à opinião pública — e a alguns outros — manhosamente apresentando-se como novos Juscelinos, enquanto insultavam a opinião pública protegendo notórios prevaricadores — que um sentido, ainda que difuso, de uma esfera pública democrática começa a emergir e a contar eleitoralmente,

Apesar da descrença, partilhada por intelectuais e políticos, e mais, por amplos setores do pequeno, médio e grande empresariado, sobre a validade dos partidos, estes se reafirmaram como vetores privilegiados da institucionalização democrática. O espectro partidário que se apresentou às eleições, e dos que ganharam novas forças, é amplo, e não atende às pretensões de hegemonia, mas a lição é que ali onde os candidatos procuraram se desvincular de sua filiação partidária o efeito foi, em muitos casos, desastroso. E é provável que um dos segredos dos bons resultados do PT tenha sido exatamente o de reiterar o partido como fiador das candidaturas, como o novo modo de fazer política e de administrar com a "cara" do PT, Tudo isto apesar de a propaganda do PT, pelo menos em São Paulo, ter se notabilizado pela ausência de propostas concretas, além da vagueza ideológica que incomodou seus militantes.

No elenco de novidades e de reafirmações, não há como negar que a balança eleitoral inclinou-se para a esquerda. O que é surpreendente, se comparado ao contexto internacional; não menos surpreendente no turbilhão de uma crise nacional de acelerada inflação, queda das atividades econômicas, vertiginosa perda de credibilidade do governo, da política e dos políticos. Esse turbilhão sugeria anseios de ordem e de estabilidade, presença de personalidades fortes e autoritárias, sentidos esses que haviam sido sinalizados, nas eleições solteiras para prefeitos das capitais, com a estrepitosa *rentrée* da "etflica vassoura" na prefeitura de São Paulo. Os eleitores, entretanto, não se inclinaram para a direita, mas para a esquerda.

Esse "dobrar à esquerda", mesmo que conjunturalmente moldado, indica que as opções eleitorais sustentam-se menos numa visão ideologizada e mais numa percepção programática, da qual as posturas quanto à coisa pública constituem a tradução. Portanto, os partidos valem sim, desde que traduzam essa percepção; a identificação entre esquerda e direita continua valendo, projetando as diferentes formas dessa percepção,

A construção moderna da representação também pode ser pesquisada nessas eleições. Os rotundos desastres de alguns políticos e de suas formações partidárias têm origem parcial na nova prática da representação, posta em movimento pelos eleitores, antes que alguma teorização recomponha os cacos da crise desse conceito. De fato, para a direita fisiológica brasileira — como alhures — a interpre-

tação da representação repousa na confiança de que uma "memória fisiológica" dos eleitores coloca o favor no lugar do representado. A "memória fisiológica" é um atributo dos eleitores, e a fisiologia é, pois, a representação desse atributo. Esta é, dizendo pedantemente, a teoria do clientelismo. Um ex-ministro do Planejamento, conhecido pela manipulação de favores derivados da política assistencialista de Sarney — "leite" das criancinhas e favores municipais — conheceu uma dura derrota em suas aspirações à prefeitura Belo Horizonte, chegando em último lugar.

Suposta verdadeira a "memória fisiológica", a lição que se retira é que, no mínimo, sua ativação requereria por parte do indigitado ex-ministro o continuado exercício do poder, pois quem promete o favor, para ser convincente, tem que ter o poder de fazê-lo. O que revela, dando a volta ao conceito, que a "memória fisiológica" não é, minimamente, um "atributo". Não basta que o favor seja dado uma única vez, ou, valorizando-se o comportamento dos eleitores, não há mais possibilidade de constituição de "currais" eleitorais. O favor não pode mais tomar o lugar do representado.

Outros políticos, como os governadores de São Paulo e Minas, apostaram numa versão nuançada da "memória fisiológica": a promessa de obras e a propaganda das obras, um favor seria suficiente para assegurar-lhes retribuição eleitoral. Dispensáveis, neste caso, a presença de atores que dessem credibilidade às promessas, e de atos que confirmassem as promessas. Em outras palavras, o *processo* da representação não era necessário, já que a base memorialista-fisiológica era suficiente. O "atributo" dos eleitores seria ativado pelas promessas, que se reportariam sempre à arquetípica "memória". Resultados: estrondosas derrotas, precisamente pela falta de credibilidade das personalidades fiadoras, e ainda porque a prática concreta de suas políticas conflitava com as promessas e excluía a presentificação dos processos mediante os quais os resultados seriam alcançados. Convenhamos que lançar a cavalaria em cima de manifestantes não é o *processo* para armar uma representação capaz de assegurar os maravilhosos resultados que se prometiam.

À esquerda o êxito foi considerável, mas na sua raiz está também a prática da moderna representação. Também na esquerda, ou sobretudo nela, a representação é concebida em termos de "atributos": o operariado deve votar ou lutar nos partidos de esquerda porque estes substituem o representado, pela sua vanguarda ou qualquer outra denominação que se dê ao representante. Mas a prática moderna endereçou a armação dessa representação por outras vias. Não há dúvida que houve uma escolha de classe nas preferências, e isto se refere às opções pelo PT. Basta olhar as cidades e municípios onde houve essa opção, e no interior delas, as divisões dos votos por alguns critérios assemelháveis à classe social. Mas isso não foi tudo. Para, além disso, e ancorada nisso, a armação do projeto de representação do PT nesse caso explícito requereu um conjunto de "presentes" que vão mais além da classe: um passado de lutas e intransigência quanto às manipulações da política oficial e oficialista, corporificado no partido e em suas personalidades; uma postura diversa no que diz respeito à corrupção, à dignificação da vida pública — e deste ponto de vista a história do partido e de suas personalidades era absolutamente transparente; e um *processo* — estar junto e caminhar junto — de lutas. Menos que "memória" presente: presentificação das propostas partidárias, vagas quanto a resultados, concretas quanto ao modo de fazer, demonstráveis e afiançadas pela ação diante das questões cruciais. Outra vez o representante *não tomou* o lugar do representado: esteve ao lado.

O êxito deixa lições também: menos que mensagens ideológicas nos velhos

padrões, mensagens e posturas *programáticas e processuais*, de ação, presentificadas e demonstradas pela história cotidiana. Base de classe, sem dúvida novamente, mas que se projeta além da classe, para certificar-se na armação de uma representação que valoriza os requisitos necessários — o processo — para produzir os resultados desejados. Esquecida essa lição, a base de classe será insuficiente para deter hemorragias em eleições futuras.

Um conjunto de determinações de natureza estrutural passou para a política, inclusive no que diz respeito aos movimentos sociais, um personagem aparentemente pirandelliano. Pois é inegável que algumas vitórias do PT representam essa passagem: os novos prefeitos do ABC, ligados ao movimento sindical; as novas prefeituras em municípios palcos das lutas dos "sem terra"; a própria eleição de Luiza Erundina em São Paulo. Presentificação outra vez: são personagens das lutas cotidianas, *representam* porque estão lá. Memória que se atualiza permanentemente. Este o significado da militância, menos que a antiga função de "bater bombo nas paradas": a militância é menos *dentro* do partido e mais *fora* dele.

Para o futuro, a passagem renovada dos movimentos estruturais é completamente previsível, mas seus termos continuarão a depender da armação conjuntural. O que é bom, pois debilita ou torna quase impossível a manutenção, *per se*, de currais eleitorais pela direita, e exige da esquerda a constante presentificação da ação partidária. De outro lado, esta dinâmica coloca uma grave interrogação para os vencedores, que assumem agora a outra cara desta medalha: como "continuar junto", "estar junto" sendo governo? Não é um enigma que ainda não tenha sido respondido pela história. Ao contrário, ela está cheia de respostas positivas. Mas estas não são mais apenas a "memória", de classe ou fisiológica, nem apenas um atributo imutável e sempre retornado.

Nas eleições presidenciais, a lição deve ser explorada ao máximo: ninguém, nenhum partido pode arvorar-se em representante exclusivo nem permanente da sociedade. Isto exigirá sempre uma presença atuante e um processo que inclua os representados não como uma "presença ausente", mas como uma "presença presente". Um basta às pretensões de hegemonia incontestada: uma sociedade complexa não pode digerir esse paradigma, ou esse pesadelo. Além disso, ninguém poderá governar essa sociedade na base da maioria simples. A eleição em dois turnos pode clarificar esse enigma, à condição de que as posturas programáticas e processuais se alinhem e se perfilhem desde o primeiro turno; este turno não pode ser um jogo de soma zero. A lição para os partidos que vão do centro-esquerda à esquerda é que é necessária uma *frente programática processualmente concreta*, que cubra o espectro da sociedade real e não da ideologizada, para poder governar. Não se trata da idéia já gasta de partido-frente.

O programa dessa *frente* é a armação dos sujeitos necessários para obter os resultados presentificados pelos partidos e personalidades, cuja certidão de identidade com as classes e grupos sociais (e no extremo, numa sociedade já com muitos condicionantes de massa, com os indivíduos) é "estar junto" e "caminhar junto". Isto é, basear-se em e sintonizar com suas aspirações correntes. É desta complexa e dialética relação entre estrutura e conjuntura, forma e conteúdo, presente e futuro, que dependerá o destino, nosso destino. Do eleitorado ninguém se queixe: uma vez mais, como ao longo dos anos 70, ele se mostrou capaz de corrigir-se, de atualizar conjunturalmente os problemas estruturais. Cabe às organizações de sentido político, sobretudo aos partidos, sintonizarem com ele. Quem o fizer, será a emissora — a voz e a imagem — preferida.